



CNTV participa de reuniões no Rio Grande do Norte

Regulamentação da Lei Anti Calote, Estatuto da Segurança Privada, Aposentadoria Especial e outros direitos dos vigilantes



Dirigentes presentes na audiência

Nesta quarta-feira, 15 de fevereiro, a Confederação Nacional dos Vigilantes – CNTV, esteve em Natal/RN, junto as diretorias do SINDSEGUR RN e do SINDFORTE RN, para participar de audiência com o secretário de administração do estado, Pedro Lopes, tratando dos constantes atrasos no salário dos vigilantes que trabalham nos postos de serviço do Idema.

De acordo com o secretário será orientado junto ao Idema e demais órgãos o compromisso para sanar o atraso de salário destes trabalhadores.

Além disso, também foi solicitada a regulamentação da lei anticálote, onde fizemos as seguintes considerações:

O Rio Grande do Norte é o quarto Estado da Federação (os demais são Distrito Federal, Bahia e Maranhão) com norma que possibilita a proteção do direito das e dos Vigilantes, bem como da totalidade de trabalhadoras e trabalhadores vinculados a empresas que intermediam mão de obra ou firmam contratos de terceirização, pondo fim a uma cultura de

lesão e agressão a sobrevivência, dignidade e direitos de milhares de pessoas;

Informamos que o Governo Federal desde a primeira Gestão do Governo do Presidente Lula e do Ministro da época Paulo Bernardo, já adota este modelo e que esta legislação protege o Erário de assumir a responsabilidades por empresas que deixam de quitar as suas obrigações para com seus empregados vinculados a contratos de prestação de serviços firmados com o Estado;

Por fim, reafirmamos que a Lei 10841/2021 determina em seu art. 14 a necessidade poder Executivo expedir regulamentação, providenciando o que nos parece indispensável para a sua efetividade e que a falta desta regulamentação vem trazendo prejuízos para trabalhadores e para a cidadania;

Esta regulamentação possibilita, inclusive, a efetividade da lei, bem como a normatização de procedimentos e uma melhor clareza em relação a limites e amplitude da norma, procedimento importante para possibilitar o pagamento direto pelo ente contratante de salário a trabalhadores, quando a empresa contratada deixar de cumprir com esta obrigação, solucionando a questão alimentar.

Segundo o secretário, o governo irá regulamentar a lei e analisar as sugestões encaminhadas pelas entidades presentes.



Iran Marcolino e José Boaventura pela CNTV em audiência com a Senadora Zenaide Maia.

Participaram da reunião a coordenadora geral do Sindsecur, Dalcilene Cabral, o diretor do Sindsecur e CNTV - Márcio Lucena, o diretor financeiro Allan Cardeck, o presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes - José Boaventura, Sandro Pimentel, Iran Marcolino - assessor da CNTV e o Presidente do Sindfort/RN e diretor da CNTV – Antônio Rocha Júnior.

Reunião com a Senadora Zenaide Maia

Após a audiência com o Secretário de Governo, a Confederação Nacional dos Vigilantes – CNTV, se reuniu com a Senadora Zenaide Maia, que por diversas vezes já mostrou estar alinhada na luta em defesa dos direitos dos vigilantes não só do Rio Grande do Norte, mas de todo o Brasil.

A senadora se mostrou disposta a continuar ao lado dos trabalhadores em pautas de relevância, à exemplo da aposentadoria especial que tramita no Senado Federal e do Estatuto dos Vigilantes.



FONTE: CNTV

Bancários pressionam Melo a vetar projeto que retira portas giratórias nos bancos



A segurança dos bancários, vigilantes e clientes pode sofrer um tremendo retrocesso em Porto Alegre. O projeto de lei, de autoria do vereador Ramiro Rosário (PSDB), prevê o fim da obrigatoriedade das portas giratórias de segurança em agências e postos de atendimento bancário. Por isso, é chamado de “Lei da Insegurança Bancária”.

Aprovado a toque de caixa, sem audiência pública e sem qualquer diálogo com os trabalhadores, por 21 votos a 11, na Câmara de Vereadores, em 14 de dezembro do ano passado, o projeto altera a lei nº 7.494, de 15 de setembro de 1994, e aguarda sanção do prefeito

Sebastião Melo (MDB).

Na próxima sexta-feira (17), às 10h, a direção do SindBancários será recebida em audiência pelo prefeito para solicitar pessoalmente o veto do projeto. O pedido da reunião havia sido protocolado em 21 de dezembro, durante um ato de protesto de bancários e vigilantes em frente à Prefeitura. O Sindicato reivindica o veto integral ao projeto.

“É uma lei inconstitucional, que fere a vida e foi feita sem nenhuma democracia, é a Lei da Insegurança Bancária, porque no fundo ela tira a segurança das agências”, denunciou o vice-presidente da CUT-RS e diretor do SindBancários, Éverton Gimenis.

Campanha “Veta Melo”

O SindBancários e a Fetrafi-RS lançaram a campanha de mídia “Veta, Melo”, nas ruas, meios de comunicação e redes sociais. Já estão em veiculação spots de rádio, outdoors e postagens nas redes das entidades sindicais,

pedindo que o prefeito não sancione a “Lei da Insegurança Bancária”.

A iniciativa tem o objetivo de mobilizar a categoria e a sociedade, visando pressionar o prefeito a vetar o projeto que visa reduzir custos dos bancos, porém coloca em risco a vida de trabalhadores e clientes.



Foto: SindBancários

Debate na Rádio Band FM

O assunto foi tema de debate no programa Bastidores do Poder, da Rádio Band FM, no último dia 8, que contou com a participação do secretário de Comunicação da CUT-RS, Ademir Wiederkehr, e do diretor de Comunicação da Fetrafi-RS, Juberlei Bacelo.

Ouçá!

Sobre o projeto de lei

O projeto estabelece que a obrigatoriedade de instalação da porta eletrônica de segurança não se aplica se houver Plano de Segurança aprovado pela Polícia Federal nos termos da Lei Federal nº 7.102, de 20 de junho de 1983; e aos Postos de Atendimento (PA) e Postos de Atendimento Eletrônico (PAE).

As agências que estiverem dispensadas do uso da porta de segurança deverão manter alarme e

sistema de monitoramento ininterrupto de 24 horas, sete dias por semana.

Confira o voto de cada vereador e vereadora

			CÂM		
● JESSE SANGALLI	Cidadania		● RAMIRO ROSARIO	PSDB	S
● CEZAR AUGUSTO SCHIRMER	MDB	S	● KAREN SANTOS	PSOL	N
● IDENIR CECCHIM	MDB		● MATHEUS GOMES	PSOL	N
● LOURDES SPRENGER	MDB	S	● PEDRO RUAS	PSOL	N
● FELIPE CAMOZZATO	NOVO	S	● ROBERTO ROBAINA	PSOL	N
● MARI PIMENTEL	NOVO	S	● ALDACIR OLIBONI	PT	N
● DAIANA SANTOS	PCdoB	N	● JONAS REIS	PT	N
● JOÃO BOSCO VAZ	PDT	N	● LAURA SITO	PT	N
● MÁRCIO BINS ELY	PDT	S	● LEONEL RADDE	PT	N
● ALEXANDRE BOBADRA	PL	S	● GIOVANE BYL	PTB	S
● MAURO PINHEIRO	PL	S	● HAMILTON SOSSMEIER	PTB	S
● CASSIÁ CARPES	PP	A	● PSICÓLOGA TANISE SABINO	PTB	S
● COMANDANTE NÁDIA	PP	S	● ALVONI MEDINA	REP	S
● MÔNICA LEAL	PP	S	● JOSÉ FREITAS	REP	S
● AIRTO FERRONATO	PSB	N	● CLAUDIO JANTA	SD	S
● FERNANDA BARTH	PSC	S			
● CLÁUDIA ARAÚJO	PSD	S			
● GILSON PADEIRO	PSDB	S			
● KAKÁ D'ÁVILA	PSDB	S			
● MOISÉS MALUCO DO BEM	PSDB	S			

Fonte: CUT-RS com SindBancários e Fetrafi-RS

INSS pede a suspensão dos processos relacionados à 'revisão da vida toda'diz Lira

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) apresentou ao Supremo Tribunal Federal um pedido para suspender todos os processos que pedem a “revisão da vida toda” no país. A petição, assinada pela Advocacia-Geral da União, foi protocolada nesta segunda-feira (13/2), no âmbito do Recurso Extraordinário 1.276.977



INSS peticionou pedido para suspensão de todos os processos da 'revisão da vida toda'

Em dezembro do ano passado, o STF validou a chamada “revisão da vida toda”. Com a decisão, os aposentados poderão usar todas as suas contribuições previdenciárias, inclusive aquelas recolhidas antes do Plano Real, de 1994, para calcular os valores de seus benefícios.

Na petição, o INSS argumentou que os processos devem ser suspensos até a publicação do acórdão. Por enquanto, apenas as atas do julgamento foram publicadas.

O INSS afirmou que os pedidos de suspensão têm sido negados por magistrados de instâncias

ordinárias, que têm decidido pela imediata implantação da revisão e pelo pagamento de benefícios com novo valor.

“Em alguns casos, inclusive, os magistrados têm determinado que se usem os cálculos simulados pelos segurados em sistemas vendidos na internet, que são imprecisos, não homologados, sem qualquer certificação e nem mesmo consideram os períodos em que não existem remunerações no CNIS, elevando, assim, abusivamente o valor da revisão em casos em que a revisão seria inclusive desvantajosa”, diz trecho da petição inicial.

A autarquia defendeu que o entendimento firmado no acórdão ainda pode ser modificado, pois há uma grande probabilidade de que seja objeto de embargos de declaração.

Por fim, o INSS relatou dificuldades técnicas para atender às demandas judiciais e sustentou que o Supremo precisa apresentar parâmetros para a aplicabilidade da tese estabelecida pelos ministros.

FONTE: Revista Consultor Jurídico

Governo estuda reformas da Espanha e do México, mas quer ser ‘mediador’ em mudanças na legislação trabalhista

Novo chefe da assessoria internacional do Ministério do Trabalho, Valter Sanches afirma que o Brasil levará aos organismos globais mensagem de respeito à negociação coletiva

Reprodução/Facebook



‘O conteúdo da reforma trabalhista é um problema em si porque trouxe uma precarização enorme. Mas o problema maior é que foi feito goela abaixo’

Nesta terça-feira (14), o recém-nomeado chefe da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais do Ministério do Trabalho e Emprego, Valter Sanches, receberá uma representante da embaixada da Espanha para discutir a reforma trabalhista naquele país, aprovada há pouco mais de um ano. Independentemente do conteúdo, o processo em si é um modelo para o Brasil, considera Sanches. “Lá foi feito um processo de negociação tripartite (governo, trabalhadores e empresários). Até o fim de 2021, estavam muito claros os efeitos negativos para a economia. Nós também temos aqui números que comprovam isso. O processo com certeza é um modelo.”

Nesse sentido, os ministérios do Trabalho do Brasil e da Espanha já iniciaram tratativas para aprovar um termo de cooperação bilateral,

assunto que também estará em discussão. Mas o governo Lula observa outras experiências, sempre negociadas, de regulamentação trabalhista. Da mesma forma que já alertaram o próprio presidente e o ministro Luiz Marinho, Sanches lembra que as possíveis mudanças na legislação não serão feitas por imposição, mas como resultado de acordos.

Denúncias na OIT

O Brasil pretende, inclusive, mostrar ao mundo que tem nova postura em relação ao tema. Isso depois de figurar na chamada “lista curta” da Organização Internacional do Trabalho (OIT) por violação de normas. Por isso, em pleno domingo de carnaval (19) Sanches viaja para a África do Sul, para reunião do grupo trabalho-emprego do Brics, preparatória de encontro ministerial em meados do ano. Com isso, o chefe da assessoria internacional espera dar uma demonstração de que o novo governo brasileiro pretende, ao contrário do anterior, respeitar convenções da OIT, como a 98, sobre direito de sindicalização e negociação coletiva.

Assim, no caso da “reforma” implementada em 2017 no Brasil, não haverá revogação, mas revisão de alguns pontos, entre os quais o trabalho intermitente “Eu espero que a gente possa também informar para os organismos onde houve denúncia, a OIT e a Comissão Sociolaboral do Mercosul, que esse processo de negociação para a revisão estará em curso. Uma mensagem contundente é suficiente para esclarecer os organismos internacionais que o governo atual está respondendo positivamente àquela queixa.”

Reforma “goela abaixo”

Uma postura oposta ao do governo encerrado em 31 de dezembro. “Tentou justificar o injustificável. O conteúdo da reforma trabalhista é um problema em si porque trouxe uma precarização enorme. Mas o problema maior é que foi feito goela abaixo. Ou seja, não houve nenhuma negociação. O governo decidiu, mandou para o Congresso Nacional e fez. A consequência foram violações flagrantes da Convenção 98, do qual o Brasil é signatário”, lembra Sanches.

Sanches reitera que a revisão da reforma trabalhista não vai ser uma revogação total. “Mas uma revisão é necessário, porque teve efeitos danosos para o país”, ressalta. Ele cita ainda temas como a terceirização, tema de outra lei aprovada na mesma época, e a chamada ultratividade dos contratos – princípio pelo qual um acordo era mantido, mesmo após a validade, até sua renovação. “O que o governo tem anunciado é que isso vai ser feito, na medida do possível, por um processo de negociação.”

Governo será mediador

Ele lembra que isso já foi dito às centrais sindicais em janeiro. As prioridades do governo na área trabalhista são três: revisão pontual da reforma, retomada da política de valorização do salário mínimo e regulação do trabalho por meio de aplicativos. “Em todos esses processos, o ministério vai tentar agir como um mediador, chamando trabalhadores e empresas para buscar um acordo.”

Um experiência que o governo acompanha com interesse é da reforma aprovada no México em 2019. “Era um dos piores sistemas de relações de trabalho do mundo. Fizeram um processo que realmente democratiza a estrutura sindical e o sistema de negociação. Estabelece critérios para registrar um sindicato, tem que ter um estatuto democrático, as empresas são obrigadas a negociar. Está sendo uma revolução no México. Claro que tem suas particularidades existe a possibilidade de criar sindicato por empresa, que é uma falha desse modelo, mas a gente pode aprender muito com ele. Está no nosso radar.”

Estrutura sindical

Ex-secretário-geral do IndustriALL Global Union, sindicato global dos trabalhadores na indústria, ex-secretário de Relações Internacionais da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT e também ex-funcionário da Mercedes-Benz em São Bernardo, Sanches é crítico da estrutura sindical brasileira. “Não atende os desafios do mundo do trabalho”, diz. Mas pondera que essa é uma opinião pessoal e que o tema não está na pauta, a não ser que haja demanda das centrais sindicais. O que é improvável, já que o tema não tem consenso entre as entidades.

O que as centrais cobraram do governo foi a reativação do Conselho Nacional de Relações do Trabalho. Seria um passo na direção do diálogo social, termo que Sanches considera de certa forma indevido ou muito “europeu” – prefere usar “tripartismo”. “Esse nome (diálogo social) presume uma igualdade de condições para negociação, que é uma coisa que não existe no Brasil. O governo tirou a fonte de financiamento dos sindicatos, não colocou nada no lugar, deixou os sindicatos asfixiados. Tirou a fonte e o lugar na mesa de negociação. Diálogo social para existir, ser digno de nome, precisa dar a todos os atores igualdade de condições. E é isso que este governo vai buscar.”

Acordos abaixo da lei

Essa também será a mensagem que o governo levará ao Conselho de Administração da OIT, que se reunirá em março: a efetiva valorização da negociação coletiva. O que é bem diferente, observa Sanches, de permitir acordos “abaixo da lei” e com sindicatos enfraquecidos. “Você não está promovendo negociação, está impondo.”

Mas o retorno da contribuição sindical, também chamado de imposto, está fora dos planos. O que se busca, segundo Sanches, é a aprovação de uma taxa negocial, que alguns sindicatos já usam ao aprovar acordos coletivos, mas que em alguns casos sofre contestações judiciais. Uma taxa com limites claros e que proporcione segurança jurídica. Sanches considera justo que trabalhadores não associados também contribuam, na medida em que se beneficiam dos acordos negociados pelos sindicatos. Já a questão dos encargos não está no radar neste momento. A não ser, também, que os sindicatos queiram “provocar” esse debate.

Fonte: RBA - Vitor Nuzzi

BB renova lucro recorde, mas às custas de gestão que sobrecarrega trabalhadores e clientes

‘Resultados positivos são bem vindos, mas não baseados na sobrecarga do trabalhador e afastando o BB de sua função social. Nova gestão não pode seguir mesma linha’, avalia porta-voz de funcionários



O Banco do Brasil concluiu 2022 com lucro líquido ajustado de R\$ 31,8 bilhões, crescimento de 51,3% em comparação com 2021. No quarto trimestre, o BB atingiu lucro de R\$ 9,039 bilhões, mesmo afetado pelo caso das Lojas Americanas, que forçou o banco público a provisionar R\$ 788 milhões adicionais.

O retorno sobre o patrimônio líquido (ROE), índice que mede a rentabilidade do banco, aumentou 5,8 pontos percentuais (p.p) em doze meses, alcançando 20,6%. O total pago destinado aos acionistas no exercício 2022 foi de R\$ 11,8 bilhões, sendo R\$ 4,138 o valor distribuído por ação.

Entre os fatores que contribuíram para o novo recorde de lucro, que superaram expectativas de analistas da imprensa e do mercado, estão os aumentos da receita de operações de crédito (com alta de 39,2%), prestação de serviços e tarifas bancárias (aumento de 10,2% em um ano, alcançando R\$ 32,33 bilhões) e o resultado da tesouraria (alta de 116% em um ano, alcançando R\$ 34,4 bilhões).

Pressão sobre funcionários

“Nós precisamos salientar que os resultados astronômicos são, em parte, fruto de uma gestão por metas, cada vez mais difíceis de serem alcançadas pelos funcionários”, destacou a funcionária do BB e representante da Contraf-CUT na Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB), Fernanda Lopes. “Mas o que registramos, nos últimos anos, foi um aumento de casos de adoecimento de bancários, seja por conta de assédio moral para alcançar metas em níveis abusivos, seja pela redução de postos de trabalho e agências, considerando os programas de reestruturação impostos pelas direções que assumiram o BB, entre 2016 e 2022”, completou.

No mais recente relatório, o BB informa que aumentou em 1.356 os postos de trabalho, com a convocação de aprovados no concurso público realizado no fim de 2021. No período, também foram fechadas 8 agências tradicionais e abertas 12 agências digitais e especializadas. Fernanda observou que esses números ainda não são suficientes para recompor os mais de 10 mil postos de trabalho cortados e mais de 1.500 unidades fechadas, desde 2016.

“Esses resultados são fruto de gestões passadas do banco, que priorizaram tornar o BB semelhante a qualquer outro banco privado, para atender expectativas de acionistas, às

custas da sobrecarga dos funcionários e da redução do papel do BB como banco público, que deveria estar alinhado ao desenvolvimento do país. Nossa expectativa é que, em 2023, o BB volte a cumprir o papel que não cumpriu nos últimos anos e isso inclui valorizar os funcionários e ajudar a reduzir as dívidas das famílias e do setor produtivo”, pontuou a representante dos funcionários da CEBB.

Carteiras de crédito

Em um ano, a carteira de crédito ampliada do BB cresceu 14,8%, totalizando R\$ 1,004 trilhão. O segmento Pessoa Física, cresceu 9%, atingindo R\$ 289,6 bilhões, principalmente, por influência do crédito consignado (+7,8%) e nas operações com cartão de crédito (+14,5%).

“O dado que aponta para o aumento do crédito consignado, com taxas de juros altas cobradas pelo BB, vem de uma política de ganhar retorno sobre famílias endividadas. E vamos lembrar que a população aumentou seu endividamento por causa de fatores como a pandemia e o desemprego”, avaliou Fernanda Lopes. “Vale destacar também que o BB está entre os bancos que aplicam as maiores taxas de juros rotativos oferecidas ao cliente, quando ele não consegue realizar o pagamento total da fatura”, prosseguiu.

Segundo dados do Banco Central, de 31 de janeiro, a taxa de juros rotativos, cobrada pelo BB de pessoas físicas, chega a 534,60% ao ano. A título de comparação, o Bradesco cobra 332,64% ao ano e o Itaú-Unibanco 351,01%. “Esses são dados que reforçam nossa crítica de que o BB, ao longo dos últimos anos, se distanciou de sua função de banco público que, como tal, deveria ter como prioridade auxiliar as famílias

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

brasileiras e pequenas empresas a saírem do endividamento, e não o contrário”, destacou Lopes.

Em relação a dezembro de 2021, a carteira Pessoa Jurídica cresceu 12,8%, registrando total de R\$ 358,5 bilhões, com destaque para grandes empresas (+15,7%) e micro, pequenas e médias empresas/MPME (+21,2%). Já a carteira de agronegócio do banco cresceu 24,9% em um ano, totalizando R\$ 309,7 bilhões, com destaque para o custeio agropecuário (+46,5%), linha de investimento (+54,6%) e agroindustrial (+109,1%).

“As micro e pequenas empresas, assim como as famílias, estão hoje enforcadas pelo endividamento. São públicos que deveriam ter os juros negociados. O banco também precisa oferecer, a juros baixos, crédito à agricultura familiar. Isso, inclusive, é uma cobrança feita pelo presidente da República, em discursos sobre o papel dos bancos públicos”, lembrou a funcionária do BB.

As despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) cresceram 31,7%, totalizando R\$ 23,547 bilhões, enquanto o índice de inadimplência para atrasos superiores a 90 dias foi de 2,51%, aumento de 0,76 p.p em um ano, inferior à inadimplência do Sistema Financeiro Nacional (3%).

Os destaques completos do balanço, apontados pela equipe da Subseção do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) na Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT).

FONTE: CONTRAF

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF